

NA CONQUISTA DO BRASIL

lr. Elvo Clemente

Na conquista do Brasil, de Donald Schüler, editado sob o patrocínio cultural da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Ateliê cultural, teve lançamento em 25/10/2001.

Todos somos sabedores do alto e profundo espírito de perquirição do Donald, e do seu vasto conhecimento da cultura antiga, medieval e renascentista. Existem mananciais inexplorados de nossa história, de nossas tradições nos escritos do séculos XVI e XVII, nas epístolas que os superiores locais da Companhia de Jesus enviavam ao Superior Geral, em Roma, junto da Igreja de Gesù.

Ao ler um livro é importante ler-lhe o prefácio, no caso em tela, vale muito ler as 13 páginas do I capítulo – *O fazer literário no espaço americano*, que conclui com o parágrafo:

"O livro não tem porta de entrada e de saída. Entra-se por onde se quer e assim se sai. Lá dentro os movimentos são livres. Dependendo do rumo que se tomar, outras serão as associações. É um jeito de fugir das ruas de mão única, de determinismos, de construções ideológicas, aristotélicas. Fugas das determinações, de todas, incluindo as cronológicas, para a liberdade de espaços abertos. Ir e vir num processo contínuo de vivificações. Iluminações" (p.25).

Com o espírito livre pode-se adentrar o *mare magnum* dos escritos de Colombo, de Américo Vespuccio e de Pero Vaz de Caminha.

Valioso e ilustrador é o 2º capítulo – *A retórica da Subordinação na carta do Achamento. Assim se expressa Donald. "O pulso de Caminha move-se com a firmeza de quem sabe. A pena dança para a direita e a esquerda, traçando enigmas para os intérpretes"* (p. 27).

A análise da carta é preciosa e ilustrativa do espírito do navegador e do conquistador de novos territórios para a coroa portuguesa e para o Reino da cristandade.

Donald é corajoso em sua interpretação da vida da Colônia: *"O território da conquista desvenda a fragilidade do pacto. A ambição exige escravo, negado pela missão. A periferia padece no conflito entre o dominador e o dominado, entre o clérigo e o leigo"* (p. 82).

Apresenta Nóbrega e Vieira cada qual com seu caráter, sua formação. E acentua: *"Os missionários cristãos apercebem-se num mundo estranho, animalesco, mágico"* (p.83).

Donald penetra nos textos e apresenta páginas de luz sobre a vida naqueles tempos, dos jesuítas e dos indígenas.

O livro celebra *epopéias da conquista*, numa análise atraente das virtudes e vícios dos conquistadores. Donald perpassa as páginas da *Prosopopéia* de Bento Teixeira Pinto como os poemas e diatribes de Gregório de Matos Guerra. A maneira como é conduzido o livro torna-o atraente para a leitura, para os comentários e divergências entre o que o leitor sabe e o que o leitor vai descobrindo ao passar de uma página para outra, de um capítulo para outro. Em tudo há o deslumbramento de novidades que saltam aos olhos e alegam o coração de quem lê.

Por estas poucas considerações pode-se aquilatar o grande mérito do Mestre Donald em seu mergulho escafandrístico nas profundezas dos textos arcaicos onde vive e palpita a vida da verdadeira **Conquista do Brasil** a ser feita por cada leitor, por cada um dos brasileiros que têm amor à nossa terra e à nossa gente.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Ateliê Editorial os aplausos de todo o Rio Grande e de todo o Brasil, pois é "bendito o que semeia/livros à mão cheia e manda o povo pensar" (Castro Alves).

Discurso e trabalho

Uma proposta de intervenção

Marlene Teixeira*

RESUMO – Este artigo focaliza o campo de estudo interdisciplinar, recentemente instituído, dedicado a pensar questões relativas à articulação linguagem/trabalho. Busca, de um lado, definir a natureza da intervenção da lingüística nesse diálogo e, de outro lado, procura explicitar um lugar teórico-metodológico a partir do qual contribui, desde a lingüística, para a reflexão em torno do impacto, na esfera da subjetividade, das profundas transformações por que vem passando o contexto contemporâneo do trabalho.

1 Introdução

O trabalho, classicamente ligado aos conceitos de economia, propriedade e mercado, vem sendo tematizado hoje, por um conjunto de disciplinas, em sua *dimensão linguageira*. Neste texto, situou, em linhas gerais, esse campo de pesquisa, que parte do princípio de que as diferentes esferas da atividade humana podem ser observadas e compreendidas a partir das formas e das funções assumidas pelas práticas de linguagem. Não é minha intenção apresentar um panorama desses estudos, mas sim desenvolver, desde a lingüística, uma proposta específica de participação nas discussões que aí são levadas. Trata-se de demarcar um território.

Nesse sentido, em primeiro lugar, discuto o papel da lingüística no estudo interdisciplinar que se ocupa dessa relação, pois a integração dos lingüistas nos procedimentos de análise da atividade, bem como sua intervenção em situações de trabalho *stricto sensu* não vão por si.

*Doutora em Letras pela PUC-RS; professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada da UNISINOS (São Leopoldo – RS). E-mail: tmlt@cpovo.net

As teorias da linguagem que se têm colocado nesse debate, de um modo geral, advêm da pragmática (Grice, Austin, Searle), da análise da conversação em interface com a sociolinguística interacional (Goffman, Gumperz, Hymes, Tannen), da sociolinguística aliada ao procedimento distribucional de Harris (Boutet), dos estudos no campo da enunciação, especialmente a partir da contribuição de Maingueneau, e das formulações de Bakhtin

Particularmente, tomo a teoria de Authier-Revuz sobre as heterogeneidades/não-coincidências como lugar teórico-metodológico desde o qual me inscrevo nesse universo. A escolha deve-se, de um lado, ao fato de essa perspectiva ser compatível com o que, segundo entendo, configura a natureza da colaboração da lingüística nesse intercâmbio interdisciplinar e, de outro lado, à possibilidade que ela oferece de uma abordagem lingüística do discurso.

Como minha visita a esse espaço de investigação é ainda muito recente, as considerações aqui feitas correm o risco de prestarem um serviço mais a quem as escreve do que propriamente ao leitor.

2 Lugar da lingüística no diálogo com as disciplinas do trabalho

Se o taylorismo-fordismo¹ não desejava a comunicação entre os trabalhadores e entre estes e a empresa por considerar a fala no trabalho desfavorável ao rendimento econômico, os sistemas produtivos contemporâneos descobrem que engajar o trabalhador em grupos destinados a discutir seu trabalho e desempenho pode ser um fator de melhoria da produtividade. Nas novas técnicas de gestão da força de trabalho que se instituem, nos programas de Qualidade Total implantados, existe, pelo menos no plano do discurso, todo um interesse em instigar o trabalhador a um "envolvimento participativo" com a empresa.

O lugar de destaque que a palavra assume nesse contexto faz emergir o interesse pela dimensão languageira do trabalho.² Pesquisadores franceses oriundos de disciplinas diferentes iniciaram recentemente uma cooperação efetiva no sentido de pensar essa questão. É o caso de sociólogos como Borzeix (1987) e Zafirian

¹ Formas de organização do trabalho, caracterizadas pela acumulação de capitais, predominantes até a chamada crise estrutural do capital nos anos 70.

² O interesse pela palavra dos trabalhadores não é, de fato, novo, tendo sempre motivado pesquisas entre ergônomos e sociólogos. No enfoque atual, entretanto, o objetivo e os métodos de análise apresentam uma configuração diferente. Trata-se de compreender, avaliar e cercar a dimensão languageira do trabalho, de descrever-lhe as diferentes modalidades, de encontrar noções adequadas para teorizar sobre o tema, numa ação de natureza interdisciplinar.

(1990); especialistas das ciências da gestão como Girin (1990); ergônomos como Garrigou (1992); filósofos como Joseph (1988) e Schwartz (1988), além de lingüistas como Boutet (1989), Gardin (1989), Faïta (1989) e Lacoste (1989).³

No Brasil, a discussão em torno da articulação linguagem/trabalho é mais recente ainda, tendo começado a se instituir em meados da década de 1990 através da: implementação do projeto Direct na PUC-SP, com apoio da FAPESP e CAPES; assinatura de um acordo de cooperação interuniversidades (LAEL/PUC-SP e Dyalang/Université de Rouen); realização do I Colóquio Franco-Brasileiro *Linguagem e Trabalho* na UFRJ; celebração de um acordo bilateral CAPES-COFECUB, materializado no projeto *As atividades de linguagem em situação de trabalho*, envolvendo duas universidades francesas (Université de Provence e Université de Rouen) e três brasileiras (PUC-SP, PUC-RJ e UFRJ), conforme Souza-e-Silva (s.d.). Essa cooperação bilateral trouxe como consequência a consolidação do grupo ATELIER, criado no início de 1995, reunindo pesquisadores da PUC-SP/LAEL e da UERJ, que desenvolvem estudos em duas vertentes: (1) Análise das práticas de linguagem em situação de trabalho; (2) Estudos dos discursos produzidos por diferentes interlocutores sobre o tema trabalho. Do contato com esse grupo, instituiu-se a partir do ano de 2000, no Mestrado em Lingüística Aplicada da UNISINOS-RS, a linha de pesquisa *Discurso e Trabalho*, voltada para a investigação de práticas de linguagem produzidas na situação de trabalho ou, de algum modo, associadas ao mundo do trabalho.

A adesão da lingüística a esse universo de pesquisa implica engajamento num debate interdisciplinar, o que levanta algumas questões. A primeira delas diz respeito ao fato de as chamadas disciplinas do trabalho já contarem com um corpo de conhecimentos, de hipóteses, de observações sobre o objeto *trabalho*, enquanto a lingüística recém começa a perceber a importância de sua participação nessa experiência de intercâmbio interdisciplinar. Até há bem pouco tempo, a interferência da lingüística no mundo do trabalho dava-se apenas – e de modo tangencial – nas instituições de ensino, não só como decorrência de uma afinidade histórica entre a reflexão sobre as línguas e sobre a escola, mas também como resultado de uma demanda social específica feita pela instituição escolar aos gramáticos e aos lingüistas (Souza-e-Silva, s.d.). A lingüística não tem tradição, corpo de conhecimentos constituído ou referência de base sobre a atividade de simbolização em outras situa-

³ Citados em Boutet (1993, p. 109).

ções de trabalho. A instituição desse interesse coloca, então, para o lingüista, tanto a necessidade de situar-se em relação ao passado intelectual do conjunto de ciências do trabalho, como a de dar-se um lugar no diálogo com elas. Além disso, essa ausência histórica dos lingüistas no campo de investigação em torno do trabalho traz como consequência uma *dificuldade de compreensão de sua voz* (Boutet, 1995, p. 11), quando ela busca se fazer ouvir entre as demais disciplinas aí chamadas a colaborar.

A convocação da lingüística a intervir em outras áreas de saber atualiza a discussão da delimitação do domínio que lhe é próprio. Simplificando bastante, diríamos que existe uma clivagem no campo da lingüística a esse respeito. De um lado, estão os que se preocupam com o estabelecimento de fronteiras estritas para o campo e enfatizam, acima de tudo, a descrição/elaboração de modelos formais, posição que alguns reprovam por não levar em conta o verdadeiramente concreto; de outro, os que promovem a abertura para a diversidade concreta, ponto de vista que encontra também oposição pelo risco de *diluição do objeto língua como "ordem própria" em proveito de um outro objeto que concerne a outros campos* (Authier-Revuz, 1998, p. 16).

É de um terceiro lugar que falamos para, concordando com Boutet (1994), defender a necessidade de se fazer uma lingüística de campo, que leve em conta teórica e metodologicamente práticas linguageiras, mas sem abandonar aquilo que, para além das divergências de escolas e de métodos, funda a singularidade da lingüística: sua ligação com a materialidade formal das línguas.

O respeito teórico e metodológico por estruturas lingüísticas, marcado por um formalismo minucioso, pode ser visto como estéril. No entanto, parece-nos que, se a lingüística tem algo de particular a oferecer às ciências do trabalho, é exatamente a possibilidade de tratar a materialidade das enunciações. Em razão de sua técnica e do conhecimento que tem das línguas, espera-se do lingüista uma descrição das propriedades formais dos enunciados em análise, ao invés de uma interpretação destes baseada na tomada dos dados de linguagem sob o ângulo do conteúdo, isto é, centrada no *que isso quer dizer*. Para o lingüista, trata-se de um trabalho a ser feito, antes de mais nada, sob o controle das marcas lingüísticas, caracterizado por uma recusa em ir diretamente ao sentido. Os diferentes métodos colocados à disposição pela lingüística permitem, e provavelmente com maior sutileza do que outros métodos, descrever e evidenciar propriedades sintáticas, morfológicas ou semânticas da palavra enunciada, propriedades essas que ou são

negligenciadas ou não são percebidas pelas outras disciplinas (Boutet, 1994, p. 214) por lhes serem pouco familiares.

Contrariando a posição de correntes que, em nome de uma abordagem empenhada em tratar o objeto *linguagem* por inteiro, criticam o reducionismo das perspectivas formais, sustento que não cabe à lingüística a interpretação do conteúdo dos discursos em situação de trabalho (ou em qualquer outro contexto social), já que ela não dispõe dos meios teóricos e metodológicos para isso.

O que estou sugerindo, então, é a instituição de um espaço teórico caracterizado pela indissociabilidade entre as formas lingüísticas e seu funcionamento em discursos socialmente situados, de acordo com o postulado fundamental de que a matéria lingüística constitui elemento necessário à construção do sentido do discurso, mas não suficiente, pois essa matéria uma vez proferida adquire, por meio da enunciação, um conjunto de propriedades não redutíveis à pura forma. Esse posicionamento distingue minha proposta de cooperação no campo de estudo que articula linguagem e trabalho daquelas da pragmática e dos estudos da conversação, por exemplo, áreas em que o lugar dado ao sistema lingüístico e a sua organização específica *tende a ser reduzido em proveito de normas de interação e de ação* (Boutet, 1994, p. 3).

Inúmeros são os aspectos da relação linguagem/trabalho focalizados pelos pesquisadores que trabalham nessa articulação. Busca-se compreender a relação homem-máquina, os mecanismos de comunicação e cooperação entre os trabalhadores e entre estes e a empresa, a natureza das interações feitas em contextos profissionais. Analisam-se escritos funcionais (ordens de serviço) e não-funcionais (panfletos sindicais); verbalizações no ambiente de trabalho; falhas em processos internos de comunicação nas empresas; dificuldades em falar sobre a atividade; trocas verbais feitas com diferentes propósitos: planejar tarefas, avaliar o serviço realizado, construir relações sociais entre os diversos membros de uma organização, gerar e desenvolver a competência dos trabalhadores, transmitir saberes, engendrar conjuntos de novos conhecimentos. Pode-se estudar como as palavras proferidas no trabalho constroem identidades profissionais, sexuais e hierárquicas; estão na origem de conflitos sócio-profissionais; organizam, transformam, perpetuam sentidos relacionados ao universo profissional.

⁴ Boutet (1994), por exemplo, remete à sociologia do trabalho e à ergonomia a interpretação dos resultados de sua pesquisa sobre a dificuldade encontrada pelos trabalhadores de verbalizar sua atividade.

Minha interferência nesse campo dá-se pela investigação, a partir de formas lingüísticas inventariáveis, dos processos de subjetivação engendrados no mundo do trabalho nesta época de globalização econômico-financeira e de emergência de novos modelos produtivos. As considerações abaixo visam a situar a pertinência desse tema.

Muito se tem falado sobre as transformações no mundo do trabalho, ocorridas desde os anos 80, a chamada *década das inovações capitalistas* (Alves, 2000, p. 18). Não entrarei na polêmica própria à sociologia do trabalho a respeito de como devem ser nomeadas essas novas formas de gestão e organização – se seriam um aperfeiçoamento do taylorismo e do fordismo ou, de fato, constituiriam formas socialmente novas. Interessa-me apenas destacar que os paradigmas contemporâneos de organização e desenvolvimento industrial, de que a grande referência é o “modelo japonês”,⁵ promovem mutações intensas – econômicas, sociais, políticas, ideológicas – “com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2001, p. 35).

Se, nos períodos anteriores, os dirigentes de empresas ignoravam os conhecimentos empíricos de seus funcionários e acreditavam que a comunicação entre eles durante a jornada de trabalho poderia levá-los a diminuir a produção, agora, há um movimento de valorização do saber do trabalhador, expresso em políticas de qualificação permanente e na incorporação de inovações no processo produtivo a partir de sugestões recebidas em foros como os Círculos de Qualidade Total. Diferentemente do que antes ocorria, coloca-se hoje para o trabalhador a necessidade de manter uma performance adequada e de estar à altura das exigências das novas organizações do trabalho: exigências de tempo, de cadência, de formação, de informação, de rapidez de aquisição intelectual e prática, de adaptação à cultura ou à ideologia das empresas, às exigências do mercado, às relações com os clientes, etc. (Merlo, 2000, p. 277). Rompem-se assim sistemas de valores que até recentemente serviam como referência para o sujeito se representar no meio social.

Apesar de bastante divulgadas, essas transformações de organização e desenvolvimento empresarial não se apresentam, no Brasil, de forma plena. Alguns aspectos das novas propostas vêm sendo implementados, sem que, no entanto, sejam abandonadas

⁵ O toyotismo é o momento predominante da reestruturação produtiva que surge com a mundialização do capital (Alves, 2001, p. 11).

práticas de trabalho tradicionais. Os novos paradigmas de produção solicitam muito fortemente a participação do trabalhador, preconizam a necessidade da excelência de sua atuação, ao mesmo tempo em que nada asseguram quanto a sua permanência na atividade em razão da instabilidade generalizada dos laços empregatícios própria destes tempos (Hirata, 2000, p. 26). O mundo contemporâneo do trabalho caracteriza-se, então, por engendrar uma complexa rede discursiva na qual o sujeito encontra dificuldade de encontrar um lugar. Nossa expectativa é poder colaborar com o debate levado a efeito por pesquisadores de disciplinas distintas, como, por exemplo, a sociologia e a psicologia do trabalho, a psicanálise e a ergonomia, sobre a questão da *forma de ser* da classe trabalhadora na cultura contemporânea.

A concepção de sujeito a que me engajo não se alinha à perspectiva metafísica tradicional nem às perspectivas essencialistas. É de um sujeito-efeito de linguagem, afetado pela palavra de um Outro que não se reduz ao interlocutor imediato, mas diz respeito a uma Ordem constituída anterior, que falo.

É, pois, no entrecruzamento entre questões que dizem respeito ao sujeito, às práticas languageiras e ao trabalho que desenvolvo minhas reflexões. Recorro às teorias da enunciação que concebem a alteridade como constitutiva do sujeito e do discurso, particularmente, o estudo de Authier-Revuz sobre as heterogeneidades constitutiva e mostrada (1982) e as não-coincidências enunciativas (1995). Ao que foi dito na introdução para justificar essa opção teórica, acrescento a abertura que ela oferece à abordagem de questões relativas à subjetividade, desde um ponto de vista que, sem desconhecer que a língua constitui-se de um léxico associado a um sistema de regras fonéticas e morfossintáticas, é o lugar em que o sujeito enuncia sua posição de locutor, deixando entrever a alteridade que o constitui e que pode ser “surpreendida”, na superfície lingüística, por meio de traços específicos. Passo a expor, em linhas gerais, esse quadro teórico, começando por observações mais abrangentes relativas aos estudos da enunciação.

3 Considerações gerais sobre o campo da enunciação

Há autores que colocam a perspectiva enunciativa de estudo da linguagem como uma das correntes que integram o *leque das pragmáticas*. É o caso de Parret, que refere duas tendências distintas na gama de pragmáticas que se impôs à atenção dos lingüistas desde o final da década de 60: a pragmática anglo-saxônica e a pragmática “continental” ou européia. O primeiro grupo focaliza a

reconstrução do sentido das seqüências discursivas a partir de propriedades da situação em que são produzidas. Já para o segundo grupo, o sentido é essencialmente determinado pela subjetividade no discurso. Parret distingue então uma *pragmática situacional*, pautada por um certo objetivismo que põe entre parênteses o sujeito enunciativo, de uma *pragmática enunciativa*, que se recusa a reduzir o subjetivo a uma posição situacional objetivizada e formalizada (1999, p. 12). É nesta última que Benveniste encontra lugar.

Acredito que a evolução dos trabalhos incluídos no segundo grupo deram-lhes campos de estudos e métodos que possibilitam falar de uma área particular, separada da pragmática, a das teorias da enunciação. O plural para designar essa perspectiva de estudo deve-se ao fato de que, embora unidos por pontos comuns, os autores que aí se inscrevem apresentam particularidades que os distinguem, especialmente no que diz respeito ao modo de compreender: (1) a relação do propriamente lingüístico com a exterioridade; (2) a natureza da perspectiva pela qual é concebido o sujeito; (3) a convocação (ou não) de teorias não-lingüísticas para explicar o que *excede* a lingüística; (4) o alcance (mais restrito / menos restrito) da situação em que a linguagem é tratada.

Muitas são as teorias da enunciação e não é meu propósito aqui apresentar a área,⁴ mas apenas destacar quatro, dentre essas teorias, pelo espaço que já conquistaram na literatura especializada e por estarem, de algum modo, implicadas nos estudos que desenvolvo: a de Benveniste, que inspirou todas as teorias de linha saussuriana (Flores, 1999, p. 179); a de Bakhtin, que sem estar inscrita no terreno da lingüística oferece a ela condições para tratar, no nível sintático e no discursivo (e também no literário), as representações em discurso do outro discurso; a de Ducrot, que surge da divergência com as semânticas ditas objetivistas ou realistas, respaldada na idéia de que estamos sempre na língua, *fechados nela e por ela* (Oliveira, 2001, p. 28), a verdade não sendo um atributo do mundo, mas criando-se pela e na enunciação; e, finalmente, o trabalho de Authier-Revuz sobre as heterogeneidades/não-coincidências, que, por se constituir em referência básica de nossa intervenção no diálogo interdisciplinar sobre linguagem e trabalho, será tematizado a seguir.

4 Singularidades da abordagem enunciativa de Authier-Revuz

Authier-Revuz situa-se no campo da enunciação entre os chamados “herdeiros” do estruturalismo. Ela própria (1998, p. 16) define sua posição como “neo-estruturalista”, pois parte – *nesse campo heterogêneo onde se encontram a língua e os seus exteriores* – das formas da língua. Alinha-se a Bally, Benveniste e Culioli, mas se distingue de Ducrot, especialmente, na concepção defendida por ele de uma *autonomia do lingüístico*, que, segundo ela, pode ser interpretada como uma espécie de “proteção” do objeto contra a “contaminação” externa (Teixeira, 2000, p. 178). Ducrot estaria, na visão da autora, buscando restituir a homogeneidade (imaginária) de um campo que é heterogêneo em sua essência.

O estudo de Authier-Revuz é dedicado a um tipo de configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa – a modalização autonímica – que ela circunscreve a partir das noções de *opacidade* de Récanati (1979) e de *conotação autonímica* de Rey-Debove (1978). Não me deterei em explicitar a descrição que ela faz dessas formas, porque elas não são o objeto deste artigo, que apenas está preocupado em demarcar um espaço de fala, a partir do terreno da lingüística, para participar do debate que se faz em torno de questões relativas a sujeito, linguagem e trabalho.

A singularidade da perspectiva de Authier-Revuz deve-se ao reconhecimento de que o campo da enunciação é marcado por uma heterogeneidade teórica, o que a leva a ver como inevitável o chamamento, para a descrição dos fatos de língua, de abordagens estranhas à lingüística como tal. A autora assinala que passar da consideração da língua – concebida como fechada sobre si mesma, à maneira das correntes imanentistas – à consideração do discurso, é abandonar um domínio homogêneo, onde a descrição é da ordem do *Um*, por um campo duplamente marcado pelo *Não-Um*, pela heterogeneidade teórica que o atravessa (1998, p. 166).

Essas abordagens exteriores, de que me ocuparei mais adiante, permitem à autora considerar o estudo da reflexividade opacificante da modalidade autonímica tanto no plano da língua, sob o ângulo da linearidade do dizer, como no plano do discurso, sob o ângulo do “que eles dizem ao sujeito do dizer” (1998, p. 20). O estudo de Authier-Revuz inicia por uma etapa dedicada a identificar, inventariar, classificar e descrever as formas através das quais se realiza o desdobramento metaenunciativo próprio da modalização autonímica, mas não se detém aí. A explicitação das exterioridades teóricas abre a via para que se possa, no plano da prática da lin-

⁴ Para tanto, remeto ao artigo de Flores nesta mesma edição.

guagem, “caracterizar esse modo enunciativo desdobrado, marcado por uma distância interna, compreender sua função na economia enunciativa em geral e demonstrar suas realizações diversificadas, suas manifestações de “posições enunciativas” particulares a discursos, gêneros, sujeitos” (1998, p. 14).

Authier-Revuz reafirma repetidas vezes seu lugar de lingüista, recusando a inscrição no campo da análise de discurso. Essa é a forma que ela encontra para precaver-se contra determinados momentos ou tendências dessa área de estudo, em que a materialidade lingüística e sua descrição foram obscurecidas, dando lugar a uma análise ideológica do discurso (Brait, s.d.). De fato, sua descrição permanece no nível lingüístico, no que ela denomina *fió do discurso*, noção que não se confunde com as de texto ou discurso, podendo ser aproximada do conceito de *intradiscurso* de que fala Pêcheux. Essa opção pelo recorte lingüístico específico não impede, entretanto, que aspectos de sua proposta sejam amplamente utilizados por diferentes análises de discurso.

Diria que, a partir da teoria de Authier-Revuz, podemos não só nos dedicar a descrever, no nível estritamente lingüístico, as formas da heterogeneidade mostrada, como também encontramos aí a possibilidade de surpreender, com rigor e método, os discursos sempre-já-incorporados às palavras, pelo fato de que elas não falam por si, mas pelo *Outro*, o sentido “nutrindo-se” dessa alteridade. Ou seja: essa teoria autoriza o interesse – e esta é a escolha inerente a um projeto de analisar discurso – pelos efeitos produzidos no jogo de alteridade constitutivo do sujeito e do discurso de que a enunciação é o lugar. Esse aspecto diferencia a lingüística da enunciação tal como é desenvolvida pela autora daquela praticada por Benveniste e Culioli, por exemplo, em que a situação de enunciação tem um alcance bem mais restrito, inteiramente definido pelo próprio ato de enunciação.

5 Considerações sobre as exterioridades teóricas

A necessidade de se fazer um chamamento a campos exteriores à lingüística para explicar fatos de língua é exposta em artigo de 1982, no qual Authier-Revuz refere duas maneiras pelas quais se apresenta a alteridade no discurso: a *heterogeneidade mostrada* e a *heterogeneidade constitutiva*. Segundo a autora (1982, p. 100), a lingüística,

“sem se perder ali ou ali se diluir, permanecendo em seu terreno, deve levar em conta, efetivamente, esses pontos de vista exteriores e os deslocamentos que eles operam em seu próprio campo”.

As formas que chama de heterogeneidade mostrada são lingüisticamente descritíveis – discurso direto, discurso indireto, aspas, glosas – e contestam a homogeneidade do discurso, inscrevendo o outro na linearidade. Já a heterogeneidade constitutiva, não marcada em superfície, é um princípio que fundamenta a própria natureza da linguagem.

Para propor o que chama de *heterogeneidade constitutiva* do sujeito e de seu discurso, a autora busca apoio em duas abordagens não-lingüísticas da heterogeneidade constitutiva: o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise freudo-lacaniana, em razão do questionamento radical que ela aí encontra – ainda que sob bases diferentes – da imagem de locutor como fonte consciente de um sentido que ele traduz numa língua, tomada como instrumento de comunicação.

O dialogismo do Círculo de Bakhtin faz da interação com o discurso do outro a lei constitutiva de qualquer discurso. Authier-Revuz toma esse princípio em duas diferentes concepções: a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos.

O *dialogismo*, visto como *diálogo entre interlocutores*, não se reduz ao diálogo face a face, pois o que Bakhtin propõe é uma teoria da dialogização interna do discurso. Para o autor, a comunicação é muito mais que a transmissão de mensagens. Ela tem o sentido antropológico de processo pelo qual o homem se constitui numa relação de alteridade. Todo discurso está imediata e diretamente determinado pela *resposta antecipada*, pois, ao se constituir na atmosfera do *já-dito*, ele se orienta tanto para o espaço interdiscursivo como para o discurso-resposta que ainda não foi dito, mas foi solicitado a surgir, sendo já esperado (1993, p. 89).

O dialogismo visto como *diálogo entre discursos* traz a idéia de que o discurso não se constrói a não ser pelo atravessamento de uma variedade de discursos, as palavras sendo já “habitadas” por outras ressonâncias.

A psicanálise freudo-lacaniana é convocada por Authier-Revuz pela dupla concepção que apresenta de uma *fala fundamentalmente heterogênea* e de um *sujeito dividido* (1982). O que particularmente mobiliza sua atenção é o fato de a psicanálise mostrar que *atrás da linearidade da emissão por uma única voz, faz-se ouvir uma polifonia*, o discurso sendo constitutivamente atravessado pelo discurso do Outro. A autora articula a teoria da heterogeneidade da pa-

lavra a uma teoria de sujeito *feito de linguagem*, para quem não existe – fora da ilusão e do fantasma – posição de exterioridade em relação à linguagem, nem centro de onde emanariam, particularmente, a fala e o sentido.

Em suma, Authier-Revuz concebe o *outro* não como um objeto exterior de que se fala, mas como condição constitutiva do discurso. Essa noção tem sua ancoragem em Bakhtin e Lacan, autores que desenvolvem teorias de raízes e conseqüências diferenciadas. Para Bakhtin, a noção de *outro* recobre os *outros discursos* constitutivos do discurso; o *outro da interlocução* cuja compreensão responsiva é pressuposta pelo sujeito que toma a palavra; e o *superdestinatário* (1992), um terceiro invisível, situado acima de todos os participantes do diálogo.

Já Lacan distingue um *Outro*, que é da alçada do lugar terceiro que escapa à consciência; e um *outro*, definido como outro imaginário, lugar da alteridade especular. Com essa convenção de escrita, o autor quer mostrar que, além das representações do eu, especulares ou imaginárias, o sujeito é determinado por uma ordem simbólica – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente – designada como “lugar do Outro” e perfeitamente distinta do que é do âmbito de uma relação com o outro (Roudinesco e Plon, 1998, p. 558-559).

O fato de Lacan ter situado a questão da alteridade na perspectiva de uma determinação inconsciente torna sua concepção de *outro* crucialmente distinta da de Bakhtin. Authier-Revuz (1982) destaca essa diferença dizendo que esse *Outro* do inconsciente, do imprevisível do sentido, abre nos processos discursivos uma heterogeneidade de outra natureza em relação a que estrutura o discurso em Bakhtin. Os dois autores não são, portanto, articuláveis. Ao apoiar-se neles, a autora, segundo suas próprias palavras, contenta-se em justapô-los.

Embora as duas concepções de *outro* se distanciem, é possível trabalhar o *outro* conforme Bakhtin – como ideologia, sociedade e cultura – e conforme Lacan – como inconsciente –, sem confundir as duas noções. É assim que Brait (s.d.) vê o modo como Authier-Revuz promove a compatibilidade entre as duas concepções. Dependendo do tipo de heterogeneidade mostrada, descrita e interpretada, pode-se recorrer à teoria bakhtiniana, que toma o *outro* numa dimensão sócio-cultural-ideológica, ou à perspectiva lacaniana, que permite mobilizar as marcas do inconsciente na enunciação.

Em obra posterior, Authier-Revuz retoma a questão das heterogeneidades sob a denominação de *não-coincidências* (1995). Nesse

momento, ela mantém a referência a Lacan e acrescenta ao dialogismo bakhtiniano, como ponto de apoio para a análise das não-coincidências do discurso com ele mesmo, a noção de *interdiscurso* de Pêcheux, a partir dos deslocamentos que o autor imprimiu a sua teoria nos textos que configuram o que ele próprio nomeou como AD3.⁷ O domínio do interdiscurso diz respeito à presença de um não-dito, sem fronteira localizável que sempre-já constitui o discurso.

Aparentemente, a referência a Bakhtin e a Pêcheux recobrem o mesmo campo do *já-lá* que preexiste ao sujeito e ao discurso. No entanto, as duas abordagens não se recobrem. Quando realizou deslocamentos em sua teoria, buscando seguir a direção das heterogeneidades apontada por Authier-Revuz, não foi ao dialogismo bakhtiniano que Pêcheux recorreu.⁸

A dupla referência ao dialogismo e ao interdiscurso não significa que Authier-Revuz esteja confundindo as duas abordagens. Na verdade, o apelo a Pêcheux dá-se em razão dos limites que, segundo a autora, a teoria bakhtiniana apresenta para o estudo dos fatos enunciativos que ela propõe. Ainda que reconheça a riqueza da abordagem dialógica – sobretudo no que diz respeito à relação com o já-dito – Authier-Revuz acha que a apreensão da heterogeneidade enunciativa esbarra aí em uma dupla surdez, relativa à língua como ordem própria e ao inconsciente. Os aspectos que ela destaca como tendo sido “esquecidos” por Bakhtin estão presentes em Pêcheux, determinando o fato de a abordagem discursiva deste último poder constituir um “exterior de apoio” para o estudo da enunciação que ela propõe (1995, p. 94).

De fato, a psicanálise está ausente do horizonte de Bakhtin. Por mais longe que o reconhecimento da dimensão do “outro no um” possa assumir nas formulações desse autor, a clivagem do sujeito pelo inconsciente e sua heterogeneidade radical continuam estranhas à perspectiva dialógica. Já o Pêcheux a que Authier-Revuz recorre faz apelo explícito ao sujeito do inconsciente,⁹ às categorias do real, do simbólico e do imaginário, ao par *langue/lalangue*, tal como proposto por Milner (1987).

⁷ Esses textos são: “Sur la (dé-)construction des théories linguistiques” (1982), sem tradução para o português; “A análise de discurso: três épocas” (1983a); “O discurso: estrutura ou acontecimento” (1983b).

⁸ No livro que escreve com Gadet (1981), Pêcheux critica Bakhtin/Volochínov por não ver na língua sua autonomia relativa, por não reconhecer nela sua ordem própria.

⁹ O quadro epistemológico da análise do discurso é atravessado por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (cf. Pêcheux e Fuchs, 1975).

Se é verdade que Bakhtin desconhece o inconsciente em suas considerações sobre o sujeito e o sentido, não se pode concordar que ele negue lugar à matéria lingüística na constituição do sentido.¹⁰ Essa posição é correta, se apenas tomarmos como referência a rejeição categórica à lingüística, que se encontra em *Marxismo e filosofia da linguagem*¹¹ (1981), cuja autoria é atribuída a Bakhtin (Volchínov).¹² Essa rejeição está expressa no repúdio à orientação denominada *objetivismo abstrato* imputada a Saussure, para a qual só interessa o sistema de regularidades fonéticas e gramaticais da língua. O(s) autor(es), nesse texto, indagam pela “verdadeira” realidade lingüística. Segundo síntese de Flores (1999, p. 58), Bakhtin (Volochínov)

“critica o privilégio da descrição formal, estática e normativa sobre o mutável; a desvinculação da palavra do contexto histórico real de utilização; o estudo das enunciações monológicas isoladas de maneira imanente e a descrição sincrônica desligada da evolução da língua”.

Se no texto que acabamos de referir, Bakhtin (Volchínov) desconsidera a ordem da língua, em contrapartida, há pelo menos três momentos em sua teorização que atestam que ele não nega que a matéria lingüística seja um dos ingredientes do sentido (conforme Teixeira, 2000, p. 184-185).

Quando examina a questão da significação lingüística (1981b, p. 128-136), o autor chama de *tema* o sentido da enunciação completa. O tema da enunciação é determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na sua composição (palavras, formas morfológicas ou sintáticas, sons, entonações, etc.), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação. Naturalmente Bakhtin ressalta a importância destes últimos, uma vez que produziu sua obra contrapondo-se ao formalismo que vigorava nos estudos lingüísticos.¹³ Percebe-se, porém, que o autor não reduz a questão do

¹⁰ Na opinião de Brait (s.d.), os comentários de Authier-Revuz relativos ao trabalho do Círculo de Bakhtin nem sempre são justos. A própria Authier-Revuz desculpa-se de antemão pelos eventuais tropeços de leitura, acentuando o fato de não ser uma especialista.

¹¹ Livro publicado em 1929.

¹² Em que pese a ponderação de Clark e Holquist (1998) no sentido de convencer que os textos assinados por Volochínov foram escritos por Bakhtin, é prudente, segundo Flores (1999, p. 54), atentar para os fortes argumentos apresentados por Morson e Emerson (1989) para que, no mínimo, se reconheça uma co-autoria com Volochínov nesses textos.

¹³ Neste texto, em alguns momentos, Bakhtin, de fato, dá a impressão de desconsiderar a língua no processo de constituição do sentido, remetido por ele ao contexto. Veja-

sentido a uma análise puramente contextual, mas reconhece um aparato técnico que concorre para sua efetivação. Esse *aparato* constitui a *significação*, elemento abstrato igual a si mesmo, com possibilidade de significar no interior de um tema concreto.

“A significação não está na palavra nem no falante ou em seu interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro” (1981b, p. 132).

Em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (1981a, p. 157), a questão retorna na distinção entre *língua* (objeto da lingüística) e *discurso* (objeto da metalingüística). O autor vê uma complementação entre os dois níveis, afirmando a necessidade de recorrer-se à língua para dar conta do discurso.

Nesse sentido, veja-se ainda uma outra distinção feita pela autor (1992). Trata-se daquela entre *oração* (unidade da língua, dotada de significação) e *enunciado* (unidade da comunicação verbal, dotada de sentido). Ele estuda o enunciado sob dois aspectos: o que lhe vem da língua e é reiterável e o que lhe vem do contexto de enunciação e é único (Todorov, 1981, p. 79). Sendo assim, cada texto pressupõe um sistema de signos compreensível por todos (isto é, convencional, válido nos limites de uma dada comunidade), uma *língua*, bem como, simultaneamente, cada texto, em sua qualidade de enunciado, representa alguma coisa de individual, de irrepetível e aí reside o seu sentido. Este último aspecto não está vinculado aos elementos do sistema da língua, mas a relações particulares de natureza dialógica.

Para corroborar a idéia de que Bakhtin transcende o nível estritamente lingüístico, mas não prescinde dele, trago o ponto de vista de Boutet (1994), para quem, segundo Bakhtin, o lingüista deve associar, e não desvincular, o estudo das formas lingüísticas e o estudo das interações. Boutet começa sua argumentação em torno desse ponto de vista criticando alguns teóricos contemporâneos (é o caso de Todorov, 1981, e Moeschler, 1985) que tentaram colocar Bakhtin como um dos precursores da pragmática. Tal empreendimento parece aceitável somente numa primeira aproximação com a obra do autor, uma vez que um grande número de suas formulações não se deixam interpretar por essa via. A posição desses autores tende a silenciar algumas exigências teóricas de Bakhtin, notadamente a de que sua teoria semântica repousa sobre uma

se, por exemplo, a afirmação: “[...] o sentido das palavra é totalmente determinado por seu contexto” (1981b, p. 106).

tensão permanente entre o tema e a significação de uma enunciação e a de que suas concepções de dialogismo e de pluriacentuação, longe de prefigurarem a pragmática contemporânea, constituem uma crítica bastante radical a ela. Boutet (1994, p. 41) caracteriza a obra de Bakhtin como o lugar de uma contradição dinâmica entre o aspecto imutável do signo lingüístico e seu aspecto mutável e dependente da situação de enunciação; entre a significação estável de uma enunciação e seu tema móvel e único; entre os diferentes "acentos" sociais do mesmo signo lingüístico.

Os pontos de vista expostos acima concluem que há complementaridade entre os níveis da língua e da fala na concepção bakhtiniana de sentido, pois se encontra latente em sua teoria a idéia de que algo que é da ordem da língua se mantém como potencialidade a ser concretizada no interior de uma enunciação. Se por trás de um texto não há uma *língua*, já não se trata de um texto, mas de um fenômeno natural, diz o autor (1992, p. 331). No entanto, não é pela intervenção da psicanálise que a questão do *outro* se coloca em Bakhtin, conforme já vimos.

6 Do que retorna à abordagem do discurso

Embora reconhecendo os limites do dialogismo bakhtiniano, Authier-Revuz não deixa de apoiar-se nele para explicar dois dos quatro tipos de não-coincidência que descreve, em razão do modo esclarecedor pelo qual esse princípio inscreve "o outro no um", no plano da relação interlocutiva, de um lado, e no da relação do dizer com o "já-dito" em outros discursos, de outro lado.¹⁴

Retomando a discussão que encerra o item 4, diríamos que a teoria da autora contém um conceito bem específico de heterogeneidade como presença constitutiva da alteridade, em que a noção de outro é dada por Bakhtin e Lacan no texto de 1982, e por Lacan, Pêcheux e Bakhtin no texto de 1995. O ponto que une esses autores diz respeito a uma concepção de sujeito, linguagem e sentido a

¹⁴ Authier-Revuz (1995) assinala quatro campos de não-coincidência nos quais o dizer se mostra localmente alterado: não-coincidência interlocutiva entre o enunciador e o destinatário; não-coincidência do discurso com ele mesmo; não-coincidência entre as palavras e as coisas; não-coincidência das palavras com elas mesmas. Para explicar o primeiro tipo, apóia-se no dialogismo bakhtiniano, muito sensível ao peso sócio-histórico das palavras. Apóia-se ainda na concepção lacaniana de sujeito, radicalmente clivado pelo inconsciente. O segundo tipo é tratado tanto pelo recurso a Bakhtin, para quem toda palavra se produz no meio do já-dito de outros discursos, como pelo recurso à noção de *interdiscurso* de Pêcheux, baseada no princípio fundamental de que todo discurso é determinado por isso que fala antes, em outro lugar e independentemente. Os outros dois tipos de não-coincidência são vistos sob a ótica da psicanálise lacaniana.

partir da inseparabilidade entre um e não-um. No entanto, torno a dizer, essas posições não se recobrem, não sendo, portanto, articuláveis. Authier-Revuz toma para si a tarefa de expor as heterogeneidades/não-coincidências enunciativas, mas assume, em seu trabalho, uma perspectiva lingüística, ou seja, não se coloca nem no campo da análise de discurso nem no da psicanálise (cf. 1995, p. 59-60), posição que vai se confirmando ao longo de sua obra, caracterizada por descrição pontual, minuciosa das formas da língua que apontam para a heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu dizer. Isto é: sua análise não se detém propriamente em verificar as repercussões não-lingüísticas da constituição do sujeito e do discurso pelo outro. Esta pode ser a tarefa de uma abordagem do discurso.

Sem se constituir como um trabalho discursivo, a teoria enunciativa de Authier-Revuz serve de guia para que se busquem procedimentos que permitam analisar as irrupções na cadeia da fala de um sentido que se constrói como efeito no ponto de encontro entre o sujeito (que não é causa de si) e seu dizer, na tensão entre um dito (aqui e agora) e um já-dito (antes, em outro lugar) (Teixeira, 2001, p. 263). A autora oferece uma descrição lingüística que permite surpreender, no fio do discurso, a construção dos objetos discursivos, dos acontecimentos e dos lugares enunciativos.

Do que aqui foi exposto, derivou alguns pressupostos para sustentar a perspectiva de análise de discurso, através da qual me proponho intervir no campo de investigação que tematiza a relação linguagem/trabalho:

- Todo discurso mostra, na linearidade de sua cadeia, pontos de não-coincidência, circunscrevendo a presença do Outro.
- Esses pontos indicam um exterior ao discurso, que lhe é interior, cujo contorno pode ser traçado no [e pelo] discurso, a partir de sua superfície lingüística.
- É no fio do discurso que as "figuras" do sujeito discursivo e do Outro podem ser surpreendidas.
- A língua tem as formas para indicar a presença do *Outro* no *um*.
- É possível, através da análise lingüístico-discursiva, indicar as irrupções do sujeito na cadeia de sentido para desfazer os trajetos sempre-já-af-dados.

Para concluir, gostaria de assinalar que a noção de *outro*, tomada pelo viés bakhtiniano – tanto como rede de significações engendradas antes do sujeito e que o constitui, quanto como o interlocutor a quem o sujeito se dirige e que o condiciona pela res-

posta antecipada e ainda sob a forma de um *terceiro invisível* que Bakhtin nomeia como superdestinatário – pode constituir-se em referência fundamental para estudos atentos à trama de discursos sociais em que se institui o sujeito. A meu ver, o potencial analítico dos conceitos e da metodologia de Bakhtin não foi devidamente explorado pelas abordagens do discurso. Muito há ainda a ser decifrado a respeito do conceito de dialogismo que emana dos trabalhos do autor, com seus diversos nomes: poliglossia, heteroglossia, polifonia...

De acordo com Brait (1997, p. 93), um dos eixos fundamentais do pensamento bakhtiniano está justamente na busca das formas e dos graus de representação da heterogeneidade constitutiva na linguagem.¹⁵ O olhar dialógico dirigido por Bakhtin ao discurso relatado (1981b), só para citar um exemplo, imprime uma direção nova e esclarecedora à descrição clássica dessas formas sintáticas. A esse olhar subjaz uma concepção de língua como instância reveladora, lugar de constituição e de exposição de sujeitos, que, certamente, foi essencial para que Authier-Revuz, pudesse descrever um certo número de formas, lingüisticamente detectáveis na superfície lingüística, que determinam ao outro, sempre onipotente, um lugar no discurso.

O privilégio que o dialogismo confere à dimensão do outro, do não-um na abordagem do sentido, o modo como ele acena para a observação dessa heterogeneidade nas formas lingüísticas, explica porque Authier-Revuz acabou por não abrir mão do recurso a Bakhtin para descrever as formas de desdobramento metaenunciativo observáveis nas cadeias e articulá-las a uma concepção de enunciação como fundamentalmente marcada pela heterogeneidade.

A busca de aplicabilidade das categorias conceituais de Bakhtin para a descrição da língua, dos processos discursivos e dos sujeitos aí implicados configura-se como um caminho fértil de estudo. Não é o caso aqui de ir mais adiante por essa via. Contento-me, neste momento, em apenas indicá-la como possibilidade.

6 Referências bibliográficas

ALVES, Giovani. *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

¹⁵ Um esboço da reconstituição de algumas das constantes que funcionam como indícios para comprovar essa afirmação pode ser encontrado em Brait (1993).

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Hétérogénéité montréalaise, hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. D.R.L.A.V., Paris, n. 26, p. 91-151, 1982.

———. *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 1995.

———. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981a.

———. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981b.

———. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

———. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1993.

BRAIT, B. *Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo (mimeo)*. São Paulo: PUC-SP/USP/CNPq, 20 p.

———. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 91-104.

BOUTET, Josiane. *Activité de langage et activité de travail. Futur Antérieur*, n. 16, Paris, L'Harmattan, 1993, p. 53-62.

———. *Construire le sens*. Bern: Peter Lang, 1994.

———. *Présentation*. In: BOUTET, Josiane (org.). *Paroles au travail*. Paris: L'Harmattan, 1995. p. 11-19.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FLORES, Valdir. *Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *La langue introuvable*. Paris: Maspéro, 1981.

HIRATA, Helena. Globalização, trabalho e gênero. In: JERUSALINSKY, Alfredo et al. (orgs.). *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. p. 21-34

MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Transformações no mundo do trabalho e a saúde. In: JERUSALINSKY, Alfredo et al. (orgs.). *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. p. 271-278.

MOESCHLER, Jacques. *Argumentation et conversation. Éléments pour une analyse pragmatique du discours*. Paris: Hatier, 1985.

MILNER, Jean-Claude (1987). *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas.

MORSON, Gary; EMERSON, Caryl (ed.). *Rethinking Bakhtin: Extensions and challenges*. Evaston, III: Northwestern University Press, 1989.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, São Paulo: Cortez, 2001. v. 2, p. 17-46.

PARRET, Herman. *A estética da comunicação: além da pragmática*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Sur la (dé-)construction des théories linguistiques. *D.R.L.A.V.* n. 27, 1982, p. 1-24.

———. [1983b] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

———. A análise de discurso: três épocas (1983a). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 61-165.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 163-252.

RÉCANATI, François. *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la pragmatique*. Paris, Seuil, 1979.

REY-DEBOVE, Josette. *Le métalangage*. Paris: Le Robert, 1978.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. Estudos enunciativos: atividade de linguagem em situação de trabalho. In: BRAIT, Beth. *Discurso e enunciação - estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes. (no prelo)

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise*. Elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

———. A constituição heterogênea do sujeito discursivo: um exercício de análise em "Partido Alto" de Chico Buarque. In: CORACINI, Maria José; PEREIRA, Aracy Ernst (orgs.). *Discurso e sociedade: práticas em análise do discurso*. Pelotas: EDUCAT, 2001. p. 257-300.

TODOROV, Tzvetan. *Mikhail Bakhtine. Le principe dialogique*. Paris: Seuil, 1981.